

## SELETA

### A CIDADE NOVA

Celso Maria de Mello PUPO

Depois de sua fundação a 14 de julho de 1774, Campinas, que vinha de paragem puramente rural, região só de sítios de cereais, tinha seus primeiros característicos de vida urbana, o que lhe faltara em sua vida inteiramente agrícola até a fundação em 74. Ainda com tal inovação, continuou a região como produtora de milho (a maior e mais útil mercadoria produzida), feijão, arroz, algodão, amendoim, etc., e da cana que se transformava em rapadura e aguardente para uso de seus produtores e poucas vendas.

As roças que se haviam iniciado em 1741 com a vinda do pioneiro Francisco Barreto Leme, foram o alicerce do desenvolvimento de Campinas. Representaram o povoamento rural, o desbravamento do sertão, a semente geratriz da futura grandeza. Ela, na sua modéstia de sementeira, não foi grande, mas foi o germe, foi o fundamento, foi a flor que se fertiliza a caminho do fruto dourado e saboroso.

Assim se manteve até que elementos de Campinas, com contato habitual com agricultores de Itu, onde se casaram, intentaram transformar a lavourinha de cereais de Campinas em riqueza agrícola de cana de açúcar, o que fizeram acompanhados de ituanos. Tais elementos trouxeram de Itu esta indústria florescente, enriquecendo suas famílias e elevando a vila que se destacou entre as mais prósperas da capitania; logo foram seguidos por outros homens de haveres do mesmo Itu e demais vilas, recebendo novos elementos que a vinham enriquecer.

Foi pelos anos de 1790-95, que Campinas se lançou na cultura extensiva da cana e na indústria açucareira; surgiram os engenhos com seu poderio, formando, cada um, centro autônomo de produção, com sua vida independente, auto-suficiente, abastecendo-se pelas suas próprias forças. Construíam, socavam taipa ou trançavam o pau-a-pique; faziam telha, dando-lhe o formato arredondado e mais fino em uma das extremidades, como ainda hoje é a telha canal.

As matas ricas abasteciam das melhores madeiras as construções; toras imensas de até 16 metros de comprimento, como vimos e medimos na fazenda Bonfim ou de 22 metros como disse Baltazar da Silva Lisboa e afirmam proprietários de velhas fazendas, eram tiradas dos matos dos engenhos, para serem vigas de suporte, ou baldrames, e esteios valentes firmados no solos sustentando os frechais e o telhado protetor de paredes de mão (pau-a-pique). As toras desdobradas eram batentes para portas, eram soalhos e forros, manipulados pela habilidade dos escravos “oficiais”, muitos deles verdadeiros artistas.

Os móveis se faziam no Engenho; também os banguês, os carros-de-boi, os arreios e os trançados de couro para fins variadíssimos. O algodão plantado em terras do Engenho, colhido, era fiado em casa e tecido pelo tecelão sempre presente nos aglomerados de população rural. A forja trabalhava o ferro bruto transformando-o em material de trabalho, em petrechos de serviços, em utilidades caseiras. Tudo se fazia no Engenho, até que sua produção tivesse enriquecido seus senhores, então levados ao gosto do mais luxuoso, ao artigo importado que passou a ser símbolo de prosperidade.

Da alimentação, só o sal vinha de fora; o milho para assar, cozer, transformar-se em fubá que seria pamonha, curau, angu (hoje chamado polenta), farinha, pipoca, da mesa do pobre e do rico, e para sustentação da tropa de trabalho que, sem ele, não podia dispor da energia de tração claramente manifestada em necessários esforços. Tudo se completava com os demais alimentos.

A primeira fase da rica vida agrícola de Campinas se estendeu, principalmente ao norte da vila, pelos bairros da Boa Vista, Anhumas, Ponte Alta, até o Jaguari, zonas de terras apuradíssimas, mas quais abundavam os padrões de terra ótima, como o pau-d’alho que deu seu

nome a uma das mais famosas propriedades agrícolas, e pelo bairro do Mato Dentro, ao leste da vila, também de boas terras.

Dos engenhos destas zonas, engenhos mais tarde transformados em fazendas de café, ficaram as marcas do seu passado. As semarias cultivadas têm datas em torno do ano de 1790, com a transformação das roças que passavam a mãos diferentes e poderosas para, reunindo-as, formar as culturas de cana com os seus engenhos de açúcar, modificando também o direito de propriedade, da precariedade da posse, em sesmarias concedidas pelo Capitão-General da Capitania, e aprovação del Rei anos depois.

A riqueza traz o fausto, a comodidade, melhor nível de vida, e logo se revela nas áreas das propriedades e no afluxo de novos elementos que vinham dedicar-se à cultura da cana, cultura que exigia recursos financeiros para seu início e, por isto, inacessível aos antigos roceiros e primeiros povoadores rurais do bairro. Então, dos iniciadores da população rural de Campinas, não houve contribuição valiosa para a implantação e desenvolvimento da indústria açucareira, a riqueza que projetou Campinas aos níveis das vilas importantes da Capitania. O alvorecer do século XIX foi para esta terra um madrugador brilhante, de poderio e fama que se extravasou para o exterior do país, na exportação do açúcar para Lisboa. Iniciado o povoamento rural com o pioneiro Barreto Leme, em 1741; fundada a povoação em 1774, iniciada a cultura da cana entre 1790-95, a vila entrou no século XIX com a pujança de suas terras ubérrimas para progredir incessantemente até a nona década da centúria.

Foi a estrada de Goiás o primeiro caminho que passou pela região. Certamente trilho de indígena, tornou-se a vereda dos bandeirantes em busca do sertão, percorrido, primeiramente, a pé pelos viajantes pioneiros, e, depois, com os muares e suas cargas balanceadas em dois picuás sobre o lombo do animal, com pesos iguais em cada lado. Este uso permaneceu por muitos anos.

O trilho, pomposamente chamado “estrada de Goiás”, não se livrava dos atoleiros e demais percalços da viagem, obrigando a supressão das comunicações em tempo de chuvaradas. O burro, animal inteligente, capaz de evitar buracos, atoleiros e outros inconvenientes na marcha, era utilizado para condução pessoal e de mercadorias, e se criava nos

campos de Curitiba para as suas vendas nas feiras de animais, entre elas a mais famosa, a de Sorocaba.

A visita imperial de 1846, para a cavalcada, provocou nos cavaleiros da cidade uma procura cuidadosa de cavalos esplêndidos e arreios requintados. Vieram eles de Indaiatuba, Itu, Monte Mor, Sorocaba, Bragança, Mogi Mirim, Cajuru; desta um “vermelho magnífico”, “como ainda não se vira semelhante”, “e o Imperador que se inclinava no camarote para o ver, desejou possuí-lo” e “foi o corcel oferecido ao Imperador visitante por um campineiro”, conta Benedito Otávio.

O cavalo era uso de luxo. Montado pelos mais abastados, geralmente de criação cuidadosa, de andar cômodo para o cavaleiro, tinha o porte majestoso, digno de um senhor de engenho e de seus familiares. Era o animal nobre, e quando de alta qualidade e beleza, cobiçado pelos mais destacados elementos da sociedade, servia a senhor elegante, no seu trânsito, e promovia a mulher trajada com as vastas saias de montar que a cobriam até os pés. Era superior e era gracioso cavalgar um corcel de traços perfeitos, altivo, de olhos vivos, musculoso pescoço e de andar suave (sem o trote inglês), todos de avantajado porte como pintou Hércules Florence em 1838 e 1846.

A mulher, em suas viagens, preferia montar, e montava muito bem, dispensando o banguê para as pessoas mais idosas ou doentes. Os arreios eram luxuosos, “de veludo verde” (1812) e com “arreaduras de prata” (1827), esporas de prata (1827), não dispensando os viajantes o “copo de prata com corrente” (1812) que servia para apanhar água de beber, do rio, sem apeiar do cavalo. Esta água era colhida do lado de cima do rio, quando a água ainda não havia passado pelas patas do animal.

Os transportes também se faziam em banguês ou liteiras “com os competentes selins” (1836), duas conduções que, geralmente, são confundidas em seus nomes, mas realmente são bem distintas, e só a desatenção pode confundi-las. Rafael Duarte conta que, em 1862, “desciam em demanda de Santa Cruz, dois banguês, baloiçando mansamente, ao ranger do correíame dos selotes, sob os quais arcavam os machos condutores. À frente o guia, agarrado à arreata, atrás o tocador, o banguelheiro a dirigir a marcha. Tanto um como outro banguê trazia cortinas de zuarte cerradas. Como transporte urbano para

senhores e pessoas idosas, usava-se a “cadeirinha” com retoque dourado (1820).

De rodas, o único veículo era o carro-de-boi com quatro juntas, ou mais, para vencer qualquer defeito do caminho que não impedia a marcha de oito bovinos de hercúlea força, capaz de arrancar o veículo de qualquer depressão do solo, por mais grave que fosse. Ainda em 1846 não se usavam os troles, só aparecidos na segunda metade do século, na cidade que estudamos. Eram eles veículos mais leves, de constituição delicada, exigindo caminhos próprios para tiro de muars. Foram seguidos pelas diligências de transporte coletivo e pelas carruagens de uso urbano, e mais o modesto bonde. A partir de 1866 surgiram as estradas de ferro na província.

O café, pelas suas primeiras sementes, foi aqui introduzido por Raimundo Álvares dos Santos Prado, senhor de engenho que estava montando em 1798. A difusão de sua cultura se deve aos pioneiros maiores cultivadores, Antônio Manuel Teixeira, Teresa Miquelina do Amaral Pompeu, Francisco Egídio de Souza Aranha, José Teixeira Nogueira de Camargo e Bernardo José de São Paulo. Em 1804 já o café se consignava na estatística de produção da vila.

(...) Aqui cabe recordar a realização da gente de Campina, para alguns, apenas de senhores ricos de boa vida, quando, verdadeiramente, foram eles construtores de uma grandeza.

(...) O senhor de engenho trabalhou, cresceu, realizou e, sem ser o bárbaro senhor de escravos como quer dizer o observador parcial, entusiasmou-se com o resultado de seus esforços na terra generosa de Campinas, estendeu-se, viajou, conheceu o país, a Europa, a civilização. E foi à própria custa, em 1850, buscar na Europa o braço livre, o trabalhador que o acompanhou protegido, com viagem paga subsistência garantida por um ano, para participar hoje da população brasileira.

É documento de nossa afirmativa, além de outros, o relatório do ministro suíço, especialmente enviado para constatar a situação dos primeiros colonos vindos da Europa para a província de São Paulo, elogioso a Campinas, mostrando bons padrões de colonos como haviam sido bons senhores de escravos.

Voltando a antigos tempos, temos a lembrar que os órgãos legislativo e executivo eram as Câmaras Municipais, dispendo o seu

presidente, ou “juiz ordinário”, até mesmo de poderes judiciais quando o município tinha autonomia nunca mais alcançada no correr da história. Seus elementos chamavam-se republicanos, já que os Conselhos formavam uma “república” e seus componentes tinham por dever uma ação distributiva de justiça aos habitantes, como se esclareceu com segurança: “O verdadeiro republicanismo não existe na forma de governo, mas no respeito dos direitos nacionais particulares, donde, fundamentadamente se ter afirmado, na extinção do Império de D. Pedro II, estar derruída a única república da América Latina.\*

A vereança enobrecia e era exercida pelos mais conspícuos elementos da vila, desde sua criação até o findar do século XIX, com o qual encerramos nossas narrativas. Na fundação do Império, ano de 1822, eram componentes da Câmara: Inácio Caetano Leme, juiz ordinário; Antônio Francisco de Andrade, juiz companheiro; Ângelo Custódio Teixeira Nogueira, Joaquim Guedes Barreto e Raimundo Álvares dos Santos Prado Lene, vereadores; José de Souza Campos, procurador. Foi esta Câmara, que também contou com o exercício dos vereadores suplentes Bento José de Abreu Alves Guimarães, Pedro José Batista e Bernardino José de Sena Mota, aquela que, a 12 de outubro, em sessão extraordinária, fez a aclamação de D. Pedro I como Imperador Constitucional do Brasil.

Campinas, em 1831, marcou a abdicação de nosso primeiro Imperador e elevação ao trono de D. Pedro II, por comunicação do presidente da província, acompanhada de dados descritivos do acontecimento. A 2 de dezembro já se celebrava missa cantada e “Te Deum” pelo aniversário do Imperador menino, com luminárias nas casas particulares.

Em 1836, tomou posse o primeiro prefeito de Campinas, Antônio Manuel Teixeira, que exerceu esse posto até a sua extinção em 1838. A lei provincial nº 18, de 1835, havia criado cargos de prefeitos para as vilas da província; nas esta lei foi revogada por outra, a de nº 4, de 1838, voltando a função executiva para a Câmara.

Aos 5 de fevereiro de 1842, Campinas foi elevada a cidade, e neste mesmo ano se deu o combate da Venda Grande, como um padrão

(\*) Expressão atribuída a Rojas Paul, presidente da Venezuela ao tomar conhecimento da proclamação da República no Brasil (N. da R.).

indelével na história da cidade. Em 1846 recebeu a cidade a visita do Imperador D. Pedro II, ainda bem moço, com vinte anos de idade, mas já personalidade constituída em dignidade e cultura.

As câmaras municipais se extinguíram com a proclamação da República, substituídas, de início, por “Conselhos Municipais”, que mais tarde tornaram à classificação anterior. Juizes municipais, juizes de direito, promotores de justiça e mais funções públicas completavam o quadro da vida pública da cidade.

(Campinas, município no Império,  
24-29. São Paulo, Imprensa Oficial do  
Estado, 1983)